

ABSTINÊNCIA DE COERÊNCIA: O DISCURSO POR TRÁS DA CAMPANHA “TUDO TEM SEU TEMPO” DO GOVERNO FEDERAL

Ana Flávia Mazzuco Guidi ¹

Gutemberg Alves Geraldês Junior²

Resumo: O discurso é um objeto de transformação que está inserido na sociedade e é capaz de agir como modelador de comportamentos e ações. Dessa forma, entender que o Poder tem suas linhas de aplicação por intermédio do discurso se torna fundamental para analisar a construção do mesmo e sua interação em uma teia discursiva, entre indivíduos e instituições, e portanto, torna-se possível identificar uma perpetuação de certas mensagens e comportamentos, os quais corroboram e sustentam elementos constitutivos de poder. O objetivo dessa pesquisa é compreender de que forma a interdição discursiva se manifesta no objeto de estudo definido, sendo este, a campanha publicitária do Governo Federal para estimular a redução da gravidez precoce: “Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois”. A campanha promove a abstinência sexual e a postergação do início da vida sexual como métodos contraceptivos, entretanto, estes são reconhecidamente falhos pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Ao averiguar o discurso por trás da campanha e compreendê-lo nas suas linhas de formação, utiliza-se uma interpretação fundamentada nas teorias do filósofo francês Michel Foucault (2014), pautando o conceito de discurso, mapeando seus procedimentos e delimitando os elementos constitutivos de poder, permitindo, então, o balizamento acerca das relações entre poder, saber e violência. Por meio da conciliação do discurso presente na hashtag da campanha, com o título e a composição visual, é possível identificar a perpetuação de um discurso que normaliza problemas sociais e estruturais como o racismo e o abandono paterno, além de culpabilizar a mulher. Portanto, utiliza-se de uma política ineficaz que gera desconhecimento e, conseqüentemente, corrobora com o que tenta evitar.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Poder; Interdição.

1 INTRODUÇÃO

A campanha publicitária “Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois” desenvolvida pela agência Calia para o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - tendo como Ministra, Damare Alves; em conjunto

¹ Graduanda em Publicidade e Propaganda. E-mail: anaguidii@outlook.com

² Professor Doutor Gutemberg Alves Geraldês Junior. E-mail: gutemberg.geraldes@satc.edu.br

com o ministério da Saúde - com o então ministro Luiz Henrique Mandetta³, foi lançada no dia 03 de fevereiro de 2020. A campanha tem como objetivo reduzir a taxa de gravidez na adolescência. Para essa ação publicitária, foi adotada uma abordagem comportamental, estimulando a reflexão sobre o início da vida sexual como método contraceptivo, um método reconhecidamente ineficaz pela comunidade científica, porém difundido no ambiente das religiões dogmáticas.

A ação faz parte da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Governo Bolsonaro em 2019, por meio da lei nº 13.798. A campanha é voltada para adolescentes, jovens, pais ou responsáveis, e foi veiculada durante todo o mês de fevereiro na Internet, incluindo redes sociais, mobile e aplicativos, além de *minidoor* social e ações de merchandising na TV aberta.

Sendo assim, ao analisar a construção do discurso e sua interação em uma teia discursiva, entre indivíduos e instituições, torna-se possível identificar uma perpetuação de certas mensagens e comportamentos, os quais corroboram elementos constitutivos de poder. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a existência de uma interdição discursiva na campanha “Tudo tem seu tempo”, e, para a obtenção disto, utiliza-se dos objetivos específicos: [1] conceituar discurso, [2] mapear seus procedimentos e [3] delimitar os elementos constitutivos de Poder. Isto posto, dirige-se a responder a seguinte pergunta problema: “De que forma a interdição discursiva se manifesta na campanha ‘Tudo tem seu tempo’?”.

A definição do tema foi adotada devido à afinidade desta pesquisadora a temas políticos e estudos socioculturais, discursivos e antropológicos, correlacionando, assim, a conteúdos aplicados ao estudo da publicidade e propaganda. Justifica-se de forma mercadológica e acadêmica por especificar o uso do discurso como elemento constitutivo de poder, e, portanto, proveitoso para o desenvolvimento de propagandas, além de contribuir para o fortalecimento da produção científica da instituição e do mercado regional.

³ Luiz Henrique Mandetta (DEM) – Foi ministro da Saúde durante o governo Bolsonaro entre 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, quando foi demitido após divergências com o presidente quanto à política de isolamento social no período da pandemia de COVID-19

Dessa forma, para levar adiante este trabalho, bem como aferir rigor científico a esta pesquisa, a mesma se classifica como um estudo de natureza básica, uma vez que, segundo Rauen (2002), ela busca novos conhecimentos que independem, necessariamente, de aplicação imediata. Ela também permite um caráter analítico visto que é baseada em constituições de poder e em suas formas disciplinares. Assim, ela constitui-se como qualitativa e, no que tange os procedimentos técnicos, se desenvolve a partir de pesquisa bibliográfica, além de estudo de caso do filme publicitário “tudo tem seu tempo” conforme supracitado. Vale ressaltar que a ideia primeira desta pesquisa, deu-se pelo fato de o Governo Federal lançar a campanha “Eu escolhi esperar”⁴. Dada a repercussão negativa, a campanha foi retirada do ar e, esta (objeto desta pesquisa) entrou em seu lugar, mais comedida, no entanto, ainda inquietante e que levou à feitura deste trabalho.

2 O DISCURSO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DE PODER

O discurso como elemento constitutivo de poder passou a ser contemplado pós era clássica — quando se contestava o poder no outro, em um adversário que, quase sempre, comportava uma lógica dualista daquele que obtinha poder, e daquele que não obtinha, corpo ao qual seria aplicado o poder — dirigindo a punição do corpo à alma, transferindo o foco do físico para o lírico, o qual é composto de teias discursivas (FOUCAULT, 2009). De acordo com Foucault (2009, p. 108), “o discurso se tornará veículo da lei: princípio constante de recodificação universal. Os poetas do povo se juntarão enfim aos que se chamam a si mesmos ‘missionários da razão eterna’; tornar-se-ão moralistas.” No socialismo soviético, o poder era chamado por seus adversários de totalitarismo; já no capitalismo ocidental, era chamado de dominação de classe (FOUCAULT, 1979), entretanto, “diferentemente da relação

⁴ Tema inicial da campanha contra a gravidez na adolescência. Citada em: “‘Eu escolhi esperar’, que defende abstinência como programa de governo, já prepara livros didáticos para escolas”. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/eu-escolhi-esperar-que-defende-abstinencia-como-programa-de-governo-ja-prepara-livros-didaticos-para-escolas-1-24176490>. Acesso em: 20 fev. 2020. E também em: “Se o governo estivesse propondo somente a abstinência sexual, eu seria o primeiro a não concordar”. Estadão, 2020. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,se-governo-estivesse-propondo-somente-a-abstinencia-sexual-eu-seria-o-primeiro-a-nao-concordar,70003171169>. Acesso em: 20 fev. 2020.

mando-obediência tradicional, Arendt retira uma outra noção da pólis grega na qual a ação é horizontal, é a alma da política, porque considera a ação e o discurso em uma teia de relações” (BRISKIEVICZ, 2009, p. 83).

A palavra “poder”, segundo Foucault (2018), é suscetível a levar uma série de mal-entendidos, como ser diretamente relacionado a um grupo de instituições e mecanismos, regras ou um sistema geral de dominação de um grupo sobre outro, conceituado por Marx como “opressão de classe”. Para Lynch (2018), esta não seria a única, tampouco a principal, forma de exercício de poder. Em sua tese, o autor defende que todas as relações pessoais são relações de poder, e o discurso (ato de falar, transmitir e articular ideias) é a forma em que se exerce poder sobre o outro, portanto, em todo discurso há poder.

Conforme Foucault (2018, p. 100-101):

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Enxerga-se na obra de Foucault que o foco de seus estudos está no desenvolvimento, aplicação e uso do poder – transferindo o ponto para o funcionamento, a ação e os efeitos. Assim sendo, o poder não é visto como um elemento centralizado em instituições ou órgãos oficiais que o aplicam a um corpo social ou corpos individuais, nem mesmo algo que tem nascimento no indivíduo, ou é obra dele, mas sim o inverso disso, o indivíduo sendo obra e causa do poder.

Contesta a ideia consagrada segundo a qual o poder agiria de forma inteiramente repressiva, oprimindo e impedindo a manifestação de condutas indesejáveis (LYNCH, 2018). No entanto, ele [o poder] atuaria de forma contrária, de maneira a incitar comportamentos: o poder produz, no sentido de produzir indivíduos e comportamentos, e no sentido de tornar produtivo e dócil (FOUCAULT, 2009).

Aumenta suas forças de trabalho e diminui sua capacidade de revolta. Segundo Foucault (2009, p. 29):

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que um corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Nesse sentido, o poder não atua em conformidade com uma lógica binária de dominadores contra dominados (LYNCH, 2018). Passa a ser entendido como uma rede que ultrapassa o tecido social, tornando as relações, em relações de poder, diante disso, “o poder não se enquadra, para Arendt, dentro do binômio mando-obediência. Pelo contrário, o poder é cooperativo, permite a pluralidade de opiniões” (BRISKIEVICZ, 2009, p. 109), e faz com que os corpos circulem, se auto influenciem e se construam. Historicamente, segundo Foucault (2014), o poder produziu corpos que geravam o entendimento daquilo que era certo e errado, normal e anormal para aquele determinado momento e contexto. Similarmente, Arendt (apud BRISKIEVICZ, 2009, p. 126) defende que o poder

É um fenômeno temporal, circunscrito à capacidade de ação em conjunto, podendo ser destruído pelo instrumento que mina toda ação, a violência, a qualquer tempo. Poder é uma capacidade de um grupo, de um conjunto de indivíduos mobilizados por interesses comuns, uma capacidade para a ação em concerto, mas que não pode ser controlado. Nem mesmo a lei pode controlar o poder.

Dessa maneira, o poder aparece como algo que se exerce sobre o outro através do discurso, isto é, ele está presente em todos os âmbitos sociais e é regulado por meio de procedimentos que o tornam mais ou menos válido, e, assim, distribui indivíduos dentro de uma sociedade. Instituições como escolas, hospitais, fábricas e prisões são meios de manutenção do discurso por forma capilar, ou seja, ele [o poder]

é um conjunto de relações de forças multilaterais que se retroalimentam (FOUCAULT, 2009).

Consequentemente, onde há uso do poder, há resistência, o que faz com que essas relações de poder sejam dinâmicas e produzam movimento no corpo social (FOUCAULT, 2018). Essas micro interações cotidianas de poder, numa esfera macro, movimentam instituições e órgãos, por isso, segundo Lynch (2018) existe um interesse de manipulação do macro no micro, motivado por objetivos políticos e econômicos, assim, fatores de dominação se relacionam e se aplicam um nos outros por um interesse em comum.

Segundo Foucault (1979), a forma de detenção do poder também está atrelada à posse do saber, uma vez que é relacionada com a vontade do saber e da verdade, e “que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 30). Isso faz com que haja uma hierarquia comandada por aqueles que detém o saber e que dominam e manipulam corpos pelo uso do poder. Foucault denomina isso de “Biopoder”.

Torna-se, assim, possível exercer o poder mediante conhecimentos que lhe servem de ferramenta e justificação. Em prol da verdade, legitima-se e viabiliza-se práticas autoritárias de segregação, repressão, monitoramento e gestão dos corpos e do desejo.

O poder, dessa forma, instala-se como modo de administrar populações e regular as massas. Através dele, designou-se em nossas sociedades um conglomerado significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas, visando o controle de fenômenos em um corpo social, tais quais: (a) taxas de natalidade; (b) fluxos de migração; (c) epidemias e (d) aumento da longevidade.

Inferido o discurso como ferramenta de proliferação principal do poder, Foucault segue seus estudos para analisar os procedimentos externos que coordenam a prática do discurso. Por meio disso, identifica-se que existem três

sistemas que o organizam: interdição; razão/loucura; verdadeiro/falso (FOUCAULT, 2014).

A interdição é um procedimento externo do discurso que delimita “o que” pode ser dito, seja palavra, frase ou assunto. Existem três tipos principais: (a) tabu do objeto; (b) ritual de circunstância e (c) direito privilegiado. Tabu do objeto, ou palavra proibida, são determinados assuntos dos quais não pode se discorrer livremente (FOUCAULT, 2014). Dentre eles, a sexualidade, que se relaciona com o desejo, a política, que se relaciona com o poder, e a religião, que se relaciona com o desejo e com o poder.

O ritual de circunstância diz respeito ao ambiente e ocasião em que esse discurso pode vir a ser proferido, e suas devidas adequações. Portanto, há determinados discursos que só podem ser anunciados em certas ocasiões.

Por último, a interdição do direito privilegiado. Este, por sua vez, delimita o “quem” pode falar. Segundo Foucault (2014), aquele que detém o direito privilegiado da fala é considerado de caráter lógico e discurso organizado, e, portanto, possui sentido. Em contrapartida, discursos ilógicos são considerados faltantes em sentido, e, por conta disso, não lhes é dada credibilidade (FOUCAULT, 2014). Exemplos de pessoas com o direito privilegiado são: padres em igrejas, juízes em tribunais, mestres e doutores em seus assuntos específicos.

O procedimento externo seguinte identificado pelo filósofo foi o de segregação da loucura. Segundo Foucault (2014, p. 10), “louco é aquele cujo discurso não circula como o dos outros”. Ao ser categorizado como louco, desde a alta Idade Média, o indivíduo era privado de exercer certas atividades e sua verdade tornava-se nula, fazendo com que o seu discurso fosse desqualificado. Já na Europa, acontecia o processo inverso, o “louco” era quem enxergava uma verdade invisível aos olhos de uma pessoa considerada normal (FOUCAULT, 2019), entretanto, este só tinha espaço no teatro, onde representava uma verdade mascarada.

Por meio dessas classificações, a psiquiatria e a medicina tornaram-se interessadas no estudo da loucura. Toda essa atenção prevaleceu o aparato de separação, agora acompanhado de um saber mediante essa palavra. As instituições

que servem como um sistema de escuta dessas palavras desvalidas exercem, neste momento por linhas distintas, a separação. Desta forma, segundo Foucault (2014), é “na manutenção da censura que a escuta se exerce”.

O último procedimento identificado por Foucault foi a oposição do verdadeiro e do falso. Este, diferentemente dos outros que são arbitrários e se organizam em torno de contingências históricas, se exerce sob pressão e, ao menos, com uma parte de violência (FOUCAULT, 2014).

Segundo Foucault (2014, p. 13-14): “certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação de verdadeiro e falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta.” Contudo, se analisarmos profundamente qual foi a vontade de verdade através dos nossos discursos construídos no decorrer dos séculos e, conseqüentemente, qual a origem da nossa vontade de saber, torna-se mais claro enxergá-la como um sistema de exclusão.

Dessa forma, Foucault (2014, p. 17) afirma crer que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.” E assim, através desse discernimento entre verdadeiro e falso, outras esferas da organização social passaram a buscá-la ativamente, como o direito, por exemplo, que passa a procurar nas raízes do saber sociológico teorias para sustentá-lo, como se não pudesse mais ser autorizado, senão por um discurso de verdade.

Esses procedimentos fundamentados por Foucault funcionam como sistemas de exclusão, que tem seu modo de atuação pelo externo, e relacionam-se com o poder e o desejo. Entretanto, o autor também cita outros procedimentos que atuam de modo interno, visto que os discursos se auto regulam, ou seja, há aqui uma movimentação que parte do discurso para a sociedade e não da sociedade para o discurso como os procedimentos supracitados.

O primeiro desses procedimentos é denominado por Foucault (2014) de **Comentário**, que é feito atendendo a um discurso primeiro, acentuando pontos que estavam articulados de forma inexacta. A partir desse [comentário], é possível que se

repita e reafirme o discurso inicial, ou expanda e promova novas ideias. Ao repetir o discurso, acaba-se por limitá-lo para enquadrá-lo no meio em que é proferido. Formas de comentários culturalmente conhecidos são textos religiosos e jurídicos.

Foucault (2014) identifica ainda o segundo princípio de rarefação, que até certo ponto complementa o primeiro. Trata-se do autor, ou melhor, **Princípio de autoria**, não se relacionando exclusivamente ao indivíduo primeiro que proferiu o discurso, mas a um agrupamento de teses que origina sua significação, dando a esse, coerência. Assim, “o próprio texto é quem sinaliza e define o autor que, não necessariamente, é um indivíduo único, singular, mas um elemento plural que passa a ocupar o que Foucault (1992) vai chamar de ‘posições-sujeitos’” (GERALDES, 2014, p. 88-89). O autor transmite autoridade ao discurso e é entendido como um indicador de verdade. Segundo Foucault (2014, p. 28): “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem forma da individualidade e do eu”. Portanto, “a autoridade fundamenta-se no respeito à pessoa ou à instituição. A autoridade para obter sua manutenção não necessita de coerção nem de persuasão. O desprezo marca a decadência da autoridade” (BRISKIEVICZ, 2009, p. 108).

O terceiro, e último, princípio de limitação identificado por Foucault foi o de **Disciplina**, que se opõe ao comentário e ao autor. São regras e normas referentes a um campo do saber, doutrina ou ciência, às quais o discurso deve se adaptar para ser válido e ter credibilidade. Segundo o autor: “permite construir, mas conforme um jogo restrito” (FOUCAULT, 2014, p. 28).

Portanto, diferentemente do comentário, o que é presumido no ponto de partida não é um conceito que precisa ser redescoberto ou repetido, é aquilo que se requer para a construção de novos enunciados. Ela [a disciplina] responde a condições mais estritas e complexas do que simplesmente o que é conhecido por verdadeiro. Foucault (2014, p. 31) afirma que “no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber.” Aquilo que é expelido pela conduta da

disciplina, essa que é regulada de acordo com a época, o espaço e a história do saber, torna-se discurso fantasma ou monstruoso.

Foucault (2014) cita o exemplo de Mendel, que, na sua época, não teve suas teorias sobre hereditariedade aceitas, pois elas divergiam da visão de Biologia. Foi preciso mudanças de escala e novos planos na biologia para conceber o discurso de Mendel no campo de “verdadeiro”. Portanto, entende-se a disciplina como um princípio de controle da produção do discurso, onde lhes é dado limites que atuam de acordo com a reatualização das regras de um contexto social.

Da mesma forma que esses três procedimentos servem como recursos infinitos e multiplicadores de discurso, não se pode explicar seus papéis positivos sem levar em consideração sua função restritiva e coercitiva para a formação dos mesmos (FOUCAULT, 2014).

Durante a era clássica, o soberano detinha de um poder absoluto, o qual impunha aos seus súditos sob argumento de morte. A possibilidade de fazer morrer afirmava o poder do soberano e ameaçava aqueles que ousavam perturbar sua vontade, segundo Foucault (2009, p. 37), “diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar”. Na transição da monarquia para uma sociedade democrática, o poder soberano, que buscava punir o corpo, dirige seu alvo de punição para a alma, e, assim, paulatinamente, torna-se em biopoder, pois age profundamente sobre o coração, o intelecto, os desejos e os prazeres (FOUCAULT, 2009).

Com o avanço do capitalismo e da sociedade burguesa, o discurso de sexualidade, que antes era descontrolado, passa a ser regido por uma série de códigos e intervenções. Por meio desses, ao invés de reprimi-lo, conforme acreditamos socialmente, passa a facilitá-lo e incitá-lo em busca de um controle da sexualidade dos indivíduos e das populações. Foucault (2018) passa, então, a analisar as técnicas polimorfos do poder, que em certos meios recusam, bloqueiam e desqualificam o saber sobre o sexo, e em outros incitam e intensificam, fazendo assim com que não haja um único discurso de sexualidade, mas sim formas de abordá-lo em campos diferentes.

Nessa transição, adotou-se uma forma de abordar o sexo: através da confissão, codificação clínica do fazer falar combinada com o exame de si. Segundo Foucault (2018), foi através de círculos comprimidos e fechados — como entre penitente e confessor, fiel e diretor de consciência, filho e pai, educador e educando — que começou a aparecer uma ciência do sujeito. Por meio da confissão, implantou-se um controle perverso do discurso desviante, aplicando-lhe técnicas disciplinares, sob argumento de uma construção científica e normalizadora.

Cresceu, então, na sociedade contemporânea, uma vontade de saber a respeito da ciência do sexo, juntamente com o surgimento das ciências humanas e aperfeiçoamento da medicina, psiquiatria, pedagogia e psicanálise. Esses discursos, de acordo com Foucault (2018), buscavam tecer uma verdade sobre a sexualidade que impusesse comportamentos e ditasse a subjetividade dos corpos e seus desejos, através de uma tecnologia de poder-saber privilegiada. Segundo Foucault (2018, p. 63): “é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir verdade, mesmo que para mascará-la no último momento”.

A partir disso, emergem quatro conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo do “outro”. Foucault (2018) os classifica como: (a) histerização do corpo da mulher; (b) pedagogização do sexo da criança; (c) socialização das condutas de procriação e (d) psiquiatrização do poder perverso.

Primeiramente, Foucault (2018), identifica a histerização do corpo da mulher, esta que já é considerada o “outro” em relação ao homem, agora passaria por um tríplice processo de análise, qualificação e desqualificação. Relaciona-se diretamente com as condições de histeria, uma patologia integralmente saturada na sexualidade e intrínseca à mulher. Segundo o autor, a Mãe, com sua imagem negativada à “mulher nervosa”, estabelece a imagem deliberada de histerização. A partir disso, as práticas médicas ficam encarregadas de controlar o corpo feminino em confronto ao sexo.

O segundo dispositivo averiguado por Foucault (2018) foi a pedagogização do sexo da criança. Ao mesmo tempo, o sexo foi introduzido como algo natural e contra a natureza, que traz consigo perigos físicos e morais (FOUCAULT, 2018). A criança é, então, vista como um ser sexual liminar, que deve ser posta sob mecanismos de vigilância e armadilhas para forçar confissões, sendo coagida a discursos corretivos. Os responsáveis deveriam manter-se permanentemente desconfiados, ao perigo de, caso haja suspeita que a criança tenha emergido no percurso da sexualidade, não só elas seriam culpabilizadas, mas eles também (FOUCAULT, 2018).

Seguido por esse, o terceiro conjunto estratégico foi denominado por Foucault (2018) de socialização das condutas de procriação. Por meio de motivação política e econômica, houve a necessidade de intermédio através da incitação, ou freio, da fecundidade dos casais. Recorrente deste, torna-se possível práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo e a espécie, limitando, ou reforçando, parcelas do corpo social à procriação.

Enfim, a psiquiatrização do poder perverso. Através do exame e da confissão, classificou-se todas as formas de anomalias, designou-se papéis de normalização e patologização de toda conduta (FOUCAULT, 2018). Mediante um discurso de verdade sobre o sexo, um certo comportamento foi normalizado e imposto, e aqueles que se desviavam da norma passavam a ser classificados de perversos.

A partir desses conjuntos estratégicos, (a) a mulher histérica, (b) a criança masturbadora, (c) o casal malthusiano e (d) o adulto perverso tornam-se objetos de interesse para formação do saber do sexo. Pode-se admitir que, essas relações em conjunto com o corpo social, produziram um dispositivo de aliança - matrimônio, desenvolvimento de parentescos, transmissão dos nomes e dos bens - e de sexualidade - relacionado aos parceiros sexuais. Segundo Foucault (2018, p. 132):

Em face de tudo isso, as camadas populares escaparam, por muito tempo, ao dispositivo de 'sexualidade'. Estavam, decerto, submetidas, conforme modalidades específicas, ao dispositivo das 'alianças': valorização do casamento legítimo e da fecundidade, exclusão das uniões consanguíneas, prescrição de endogamia social e local.

O dispositivo de sexualidade se articula de maneiras diferentes, sem desvalidar o de aliança, e não mais se categorizando como um sistema que se estrutura a partir de um conjunto de regras, de reproduzir as relações de poder e reter a lei que as regem, de definir um status de aliança entre os parceiros, mas sim, um sistema que funciona com técnicas dinâmicas de poder, que engendra uma extensão dos seus domínios e do seu controle, que estabelece vínculos a partir das sensações do corpo, do prazer e das impressões. De acordo com Foucault (2018, p. 167-168):

Vemos claramente: é o dispositivo de sexualidade que, em suas diferentes estratégias, instaura essa ideia 'do sexo'; e o faz aparecer, sob as quatro grandes formas - da histeria, do onanismo, do fetichismo e do coito interrompido -, como sendo submetido ao jogo de todo e da parte, do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e do sentido, do real e do prazer

Se a sexualidade foi concebida como domínio a conhecer, foi por ter sido apoiada nas relações de poder que a qualificaram como objeto possível, e, em compensação, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi por ter sido possível desenvolver sobre ela através de técnicas de saber e procedimentos discursivos (FOUCAULT, 2018). Portanto, o que se diz sobre o sexo não deve ser analisado como uma simples representação desses mecanismos de poder, mas é justamente através do discurso que vêm a se articular poder e saber. Não o dividindo em discurso admitido e excluído, dominante e dominado, mas, ao contrário, em uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.

Segundo Foucault (2018), é na distribuição discursiva que é preciso recompor - com o que se admite em coisas ditas e não ditas, em enunciações exigidas e interditas, com a hermenêutica do que se fala e os efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto em que se encontra, com o que comporta de deslocamentos e de repetições de fórmulas para objetivos opostos. Não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um outro refutado (FOUCAULT, 2018). Trata-se, em suma, da análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de

forças, onde se provoca efeitos globais, mas de nenhuma forma totalmente estáveis, de dominação.

3 O DISCURSO POR TRÁS DA CAMPANHA “TUDO TEM SEU TEMPO”

A campanha publicitária “Tudo tem seu tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois” tem como justificativa o combate à gravidez na adolescência, e para tal, apresenta uma abordagem “comportamental”, de acordo com o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, ou seja, utiliza-se de uma linguagem branda para comunicar a mensagem principal: abstinência sexual como método contraceptivo, a qual é reconhecidamente ineficaz pela comunidade científica, porém difundida no ambiente das religiões dogmáticas. Na presente seção, será analisado o discurso existente na campanha governamental por meio das teorias de Foucault.

Antes da divulgação desta peça publicitária, o conceito primeiro da campanha divulgada pelo Ministério era “Eu escolhi esperar!”, entretanto, devido à repercussão pública, foi alterada. A frase anteposta faz parte de um conceito difundido em igrejas cristãs⁵ de se manter a castidade até o casamento, porque se acredita que aqueles que desempenham sua sexualidade antes disso, estarão cometendo um pecado. Substitui-se, então, conforme Fig. 1, a qual exemplifico logo mais, por “Tudo tem seu tempo”, que mantém o conceito principal de defesa da abstinência sexual, conquanto é apresentada de forma mais velada. Conforme Foucault (2018, p. 9)

Denominar o sexo, a partir desse momento [séc. XVII], seria mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível.

A estratégia de arquitetar, com corpos localizados, atividades codificadas e materiais nos quais o produto das diferentes forças de poder se encontra acentuado,

⁵ Site da campanha cristã “Eu escolhi esperar”. Disponível em: <https://www.euescolhiesperar.com>

é considerada uma prática exacerbada de poder disciplinar por Foucault (2009). Diante do exposto, é possível observar nas variações de peças da campanha, a presença de um discurso interdito, tanto ao que se estende à redação, quanto à escolha da composição visual.

FIG. 1: PRIMEIRA PEÇA DA CAMPANHA “ADOLESCÊNCIA PRIMEIRO, GRAVIDEZ DEPOIS”.



Fonte: Prevenção da Gravidez na Adolescência – Ministério da Saúde. Disponível em:
http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/prevencaoagravidez/?fbclid=IwAR2V7hKuxKHa4F7BSqGgfZ6mpk_MfzJtd957xozpy675q9NYQyILQGI_Kfl#/

Compreende-se que a composição do conceito principal da campanha, ou seja, a defesa da abstinência, viabiliza a implantação de dogmas religiosos como um sistema disciplinar, este que impõe regras e normas concernentes a um campo do saber, ao qual o discurso deve se adaptar para ser legítimo. A hashtag “tudo tem seu tempo”, presente em todas as peças da campanha, carrega um discurso interdito que defende a abstinência como método contraceptivo – defendido tanto por integrantes da ala Evangélica do legislativo, quanto por grupos ultraconservadores parceiros do

Governo Bolsonaro⁶ - juntamente com a frase principal “Adolescência primeiro, gravidez depois”.

Para a aprovação da campanha pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a ministra Damare Alves convocou apenas defensores da chamada “preservação sexual”, entre eles estavam o pastor Nelson Júnior, que coordena a organização cristã “Eu Escolhi Esperar”, e Mary Anne Mosack, presidente da associação americana Ascend⁷. Não por acaso, Mary Anne é uma das responsáveis por adotar uma estratégia similar nos Estados Unidos.

Vale ressaltar que não há discordância no que tange o conceito “Adolescência primeiro, gravidez depois”, entretanto, a postergação do início da vida sexual como método contraceptivo é provado ineficiente, conforme estudo publicado em fevereiro de 2019 no *Jornal Americano de Saúde Pública*, e divulgado em uma reportagem do *Jornal Nexo*⁸. O estudo mostra que o investimento de mais de dois bilhões de dólares em programas que pregam a abstinência sexual até o casamento como única forma de contracepção não diminuíram as taxas de gravidez na adolescência entre 1998 e 2016. Nos estados conservadores, ao contrário, esse enfoque levou a um aumento dos casos de gravidez na adolescência nesse período. A ineficácia desse tipo de política para prevenir a gravidez precoce também é atestada por um outro estudo, publicado em 2017 pelo periódico acadêmico *Journal of Adolescent Health*⁹ (SANTELLI et. al., 2017). Além de confirmar que programas educativos focados na abstinência sexual não reduzem as taxas de gravidez ou de infecções sexualmente transmissíveis entre os jovens, a análise também mostra que

⁶ Reportagem que afirma a participação da Igreja Evangélica e grupos ultraconservadores. “Foco na abstinência sexual para combater gravidez precoce ignora que meninas são as mais estupradas”. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/foco-na-abstinencia-sexual-para-combater-gravidez-precoce-ignora-que-meninas-sao-as-mais-estupradas.html>. Acesso em: 11 jun. 2020

⁷ Organização americana que atua ativamente a contra o início precoce da vida sexual através de programas educacionais. Disponível em: <https://weascend.org>

⁸ Reportagem do *Jornal Nexo* contendo dados que provam a ineficácia da abstinência como método contraceptivo. “Gravidez de jovens: por que defender a abstinência é ineficaz”. *Nexo*, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/06/Gravidez-de-jovens-por-que-defender-abstinencia-e-ineficaz>. Acesso em: 11 jun. 2020

⁹ Site oficial do *Journal of Adolescent Health*. Disponível em: <https://www.jahonline.org>

são ineficazes em retardar o início da vida sexual ou em mudar comportamentos sexuais.

De acordo com os estudos apresentados, essa abordagem é antiética e cientificamente problemática. A ideia de que o casamento monogâmico e heterossexual é o único contexto apropriado para ter relações sexuais, evitando a gravidez indesejada e IST's¹⁰, é irreal e deixa os jovens sem as informações e habilidades que precisam para se proteger. A agenda conservadora capitaneada pelo governo Bolsonaro mostra-se um obstáculo para o debate sobre educação sexual de crianças e jovens, uma vez que, como se pode observar nos itens elencados nesta pesquisa, caminha mais em direção a um aparelhamento ideológico do que em direção a um debate científico capaz de efetivamente combater os índices de gravidez na adolescência. Foucault (2014), mostra que o “passar no ato mesmo da fala” tende a perpetuar discursos cuja circulação já está transitando livremente e fortalece os pontos de interesse do emissor do discurso, no caso, o Governo Federal por meio de seus ministérios envolvidos nesta pesquisa.

Fora desse embate estão, também, os números alarmantes de estupros sofridos por meninas menores de 14 anos, uma das principais causas da gravidez precoce, segundo diversos especialistas e estudos, como os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), a entidade mostra que, nos anos de 2017 e 2018, 63,8% dos estupros cometidos ocorreram em menores de 14 anos — o que se configura como estupro de vulnerável. É crucial destacar que os crimes sexuais têm a menor taxa de notificação à polícia, portanto, os números analisados são apenas a face mais visível de um problema ainda maior.

No relatório Gravidez na Adolescência no Brasil (2017), aponta entre 40% e 60% dos casos de gravidez na adolescência resultantes de violência sexual, de acordo com outros estudos. Apesar de os indicadores quantitativos e qualitativos comprovarem a proporção do problema, ainda carece de mais dados aprofundados sobre essa situação.

¹⁰A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

O extenso interesse do Ministério em defender a pauta de abstinência e delongar o início da vida sexual parte de uma patologização do sexo, tornando-o um tabu do objeto — assunto que não pode se discorrer livremente —, que dependerá de um ritual de circunstância — ambiente e ocasião em que pode vir a ser proferido, que, no presente caso, deve ser cautelosamente supervisionado para que não haja participação de crianças — e, assim, transmite o direito privilegiado (FOUCAULT, 2014) para a família, desencorajando outros sistemas de ensino a abordar o tema. A gravidez é apresentada como uma doença que deve ser evitada plenamente, ao invés de inseri-la no conceito de planejamento familiar, ela [a gravidez] é excluída do discurso, transmitindo a mensagem de que não poderia vir a ser opção. Identifica-se como uma interdição discursiva externa (FOUCAULT, 2014), que de tanto silenciar, cala. Ao desestimular o discurso sexual, passa a estimular a falta de conhecimento sobre ele, e por consequência, o cometimento de erros que poderiam ser evitados.

O que pode se denominar de discurso interno da instituição, este que se apresenta na campanha governamental, articula-se sobre a constatação de que a sexualidade das crianças existe de forma precoce e ativa, e é um problema público (FOUCAULT, 2018). Entretanto, falha em analisar a complexidade da questão apresentada, e utiliza-se de um discurso problemático e violento, insinuando primeiro que abstinência sexual é uma solução viável, e segundo por presumir que toda entrada na vida sexual parte do consentimento de ambos envolvidos. Por conta dessa falha, a vigilância torna-se um operador corretivo, atuando como engrenagem específica do poder disciplinar. Segundo Foucault (2018, p. 19):

Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo [sexo] pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se complementam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura.

Ou seja, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, determinados comportamentos, e é “celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças)” (FOUCAULT, 2009, p. 161). Enfim, por meio desses segmentos, constrói quadros, prescreve manobras, impõe exercícios e combina as forças para organizar táticas.

O matrimônio e o desenvolvimento de parentescos são apresentados como única alternativa para evitar os conjuntos estratégicos, fundamentos por Foucault (2018) — a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso. Inferida a sexualidade como um tabu, qualquer ato que parta dela passa por um processo de análise, qualificação e desqualificação. Compreende-se que o avesso dela é a pureza, portanto, quanto mais afastado do campo da sexualidade, mais próximo do ideal de inocência.

O primeiro conjunto estratégico averiguado por Foucault (2018), a histerização do corpo da mulher, submete o corpo feminino à vigilância médica, principalmente ao que diz respeito a sua sexualidade, e parte do conceito de “histeria”, uma condição integralmente saturada na sexualidade e intrínseca à mulher, tendo como representação a “mulher nervosa”. O segundo conjunto, pedagogização do sexo da criança, corresponde a uma constante vigilância para impedir a início do percurso da sexualidade e descobrimento do próprio corpo, sob o argumento de que trará perigos físicos e morais. Seguido deste, o terceiro conjunto, socialização das condutas de procriação, parte de uma preocupação externa de controle dos nascimentos, o que resulta em motivar a procriação de certas parcelas do corpo social, enquanto desmotiva outras. E por último, a psiquiatrização do poder perverso. A partir de uma verdade sobre o sexo, designou-se uma normalização das condutas, e patologização daquelas que desviavam da norma.

Através dos dados apresentados nessa pesquisa, juntamente com a conciliação das teorias de Foucault (2018), é possível analisar a campanha apresentada como uma perpetuação de condutas moralistas por meio do que Foucault descreve como Comentário e Interdição. Utiliza-se dos conjuntos estratégicos pois relaciona a gravidez precoce como fomentadora da mulher histérica e nervosa, e, também, como consequência da criança masturbadora. A preocupação da população malthusiana (FOUCAULT, 2018) motiva a hierarquização das gestações, elegendo àquelas que são mais dignas do cuidado do estado, classificando os jovens que adotam esse percurso como perversos, pois desviam da norma.

Ao que tange a composição gráfica e visual da peça de divulgação da campanha, conforme Fig. 1, percebe-se que a personagem principal destacada é uma

jovem negra que olha diretamente para a câmera, portanto entende-se que ela é quem comunica para o público. Enquanto o jovem negro ao seu lado olha para o horizonte, em segundo plano é possível ver alguns jovens brancos desfocados, transmitindo a mensagem de que aquilo não os lesa. Não obstante, um estudo do Ministério da Saúde publicado em 2017¹¹ mostra que mais de 70% das mães adolescentes são negras e a maioria mora no Nordeste e no Sudeste, e ainda são elas as mais expostas à violência sexual.

Sob o argumento de que a coabitação, epidemias, prostituição e doenças venéreas eram conflitos gerados pela sexualidade do proletário, foram necessárias urgências de natureza econômica — necessidade de uma mão de obra estável e competente, obrigação de controlar o fluxo de população e de obter regulações demográficas — e instauração de uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade. Em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada, já que, como nos mostra Foucault (2018, p. 138) “ela já não corria o risco de desempenhar um papel de afirmação de classe em face da burguesia; continuava instrumento de sua hegemonia”.

Ao mesmo tempo em que as mulheres negras são a maioria das mães adolescentes, também são elas a maioria das vítimas de violência sexual. Ao expor a personagem em primeiro plano advertindo-a sobre o início de sua vida sexual, transmite a culpa da agressão para àquela que carregará a consequência – a gravidez indesejada. O aparato de separação (FOUCAULT, 2014) distancia a imagem apresentada do discurso, exibindo a contradição de um momento de lazer entre amigos com uma gravidez precoce, insinuando um sistema binário de certo e errado, verdadeiro e falso, e direciona-se diretamente para a jovem negra como uma escolha que deve ser feita entre seguir a abstinência sexual e conservar uma vida social, ou seguir um percurso de sexualidade que a levará a gravidez e perda de momentos de lazer. Conforme Foucault (2018, p. 63):

¹¹ Publicação do Ministério da Saúde referente aos dados apresentados. “Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil”. Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2020

O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade.

Através da conciliação do discurso presente na hashtag da campanha, com o título e a imagem, pode-se perceber a perpetuação de um discurso normalizador em que a mulher negra sofrerá as consequências do ato sozinha, enquanto as figuras masculinas viram os rostos para o outro lado. Entretanto, o importante não é determinar se essas produções discursivas e os efeitos dela podem levar a formular uma verdade sobre a sexualidade, ou mentiras destinadas a ocultá-lo, mas sim “revelar a ‘vontade de saber’ que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (FOUCAULT, 2018).

FIG. 2: SEGUNDA PEÇA DA CAMPANHA “ADOLESCÊNCIA PRIMEIRO, GRAVIDEZ DEPOIS”.



Fonte: Prevenção da Gravidez na Adolescência – Ministério da Saúde. Disponível em: http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/prevencaoagravidez/?fbclid=IwAR2V7hKuxKHa4F7BSqGgfZ6mpk_MfzJtd957xozpy675q9NYQyILQGI_Kfl#/

Seguido deste, conforme a Fig. 2, a segunda peça que compõe a campanha, novamente, ilustra uma jovem negra em primeiro plano, entretanto, esta encontra-se em outro contexto. Ao que podemos observar da imagem, a jovem em destaque comemora com um toque de mãos uma garota branca, e ao fundo é possível ver outro jovem negro desfocado. Pelas vestimentas, nos é sugerido que eles estão em uma celebração de formatura. Essa imagem, que não foi escolhida nem composta ao acaso, representa um aparelhamento ideológico do Ministério e que atinge, principalmente, a mulher negra. Na máxima binaridade de escolhas, a mulher deve optar por um futuro acadêmico praticando o celibato ou o abandono dele, pois caso venha a engravidar e tornar-se mãe, não será mais bem-vinda nas instituições de ensino. Segundo Foucault (2018, p. 132):

Não era o filho do povo, o futuro operário, a quem se deveria ensinar as disciplinas do corpo; era o colegial, a criança cercada de serviçais, preceptores e governantas, e que corria o risco de comprometer menos uma força física do que capacidades intelectuais, que tinha o dever moral e a obrigação de conservar, para sua família e sua classe, uma descendência sadia.

Portanto, entende-se que a campanha busca comunicar a abstinência sexual como solução única apenas para essa determinada parcela da população composta por “futuros operários”, enquanto aos “colegiais” seriam ensinadas as disciplinas do corpo, a possibilidade do planejamento familiar, oportunidade de manter os estudos. Conforme a citação apresentada, entende-se que o centro desse problema político e econômico da população é o sexo do proletário, portanto, é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato e das interdições, a incidência das práticas contraceptivas. Ao mesmo tempo que transfere à mulher a culpa pela gravidez indesejada, transfere a responsabilidade do governo em tornar as instituições de ensino acessíveis.

Existe um interesse de perpetuação desses cenários que também se mostra racista, pois conserva a identidade desses corpos em patamares inferiores, reproduzindo um discurso hegemônico de que para a classe preta só há essas opções, para que elas continuem a ocupar os mesmos espaços. Para tal, é necessário que as campanhas governamentais esbocem esses cenários, visto que, para Arendt, é imprescindível que o movimento coopte seus participantes pela propaganda, pois “as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda” (ARENDR, 2012, p. 474).

Esse interesse surge de uma teia complexa de discurso e poder que se retroalimenta: ao mesmo tempo que o discurso é proferido pelo Estado, o sujeito não tem outra opção a não ser acatá-lo. Segundo Foucault (2009, p. 29):

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que um corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado);

Dessa forma, compreende-se que existe um interesse de controle vindo do macro para o micro — o que Foucault (1979) denomina de “biopoder” — ou seja, em prol de uma verdade construída através do discurso de sexualidade, legitima-se e viabiliza-se práticas de segregação dessa comunidade. Através da reprodução desse discurso, perpetua-se os espaços ocupados por esses corpos dentro do tecido social, motivado por objetivos políticos e econômicos, portanto, fatores de dominação se relacionam e se aplicam um nos outros por um interesse em comum.

FIGURA 3: TERCEIRA PEÇA DA CAMPANHA “ADOLESCÊNCIA PRIMEIRO, GRAVIDEZ DEPOIS”



Fonte: Prevenção da Gravidez na Adolescência – Ministério da Saúde. Disponível em: http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/prevencaoagravidez/?fbclid=IwAR2V7hKuxKHa4F7BSqGgfZ6mpk_MfzJtd957xozpy675q9NYQyILQGI_KfI#/

As interdições presentes nessa campanha temem o discurso do sexo, tornou-se tão tabu que o pudor e moralismo moderno não permitem pronunciá-lo, por intermédio de proibições, da fala e do corpo, estimulam mutismos (FOUCAULT, 2018). Na última peça de divulgação da campanha, conforme a Fig. 3, percebe-se que há um

distanciamento das demais. Nessa versão, em primeiro plano temos um homem branco que cumprimenta, o que parece ser, outro homem branco. Neste cenário, o garoto que segura uma bola de basquete encontra-se no que aparenta ser um ginásio de esportes.

Nessa peça, que o discurso deveria se aplicar a ele e ser comunicado por ele, vemos que a postura do jovem difere das demais, e a composição da peça também. Anteriormente, as jovens negras foram postas em ambientes sociais com outras pessoas, e o contraste de suas imagens revelava o discurso interdito, apresentando uma binaridade de escolhas. Esse, entretanto, por tratar-se da imagem de um homem em conjunto com a mesma mensagem, transmite outra reflexão. Conforme apresentado nessa pesquisa, a abstinência sexual é ineficaz e produz desconhecimento, o estímulo do mutismo, neste caso, não resultaria no celibato do jovem, mas em uma entrada na vida sexual sem as devidas informações, gerando o contraposto da campanha.

As mensagens e consequências, conforme o gênero e raça do personagem, são desiguais. A estimulação do mutismo, nesse caso, não traria a mesma consequência, visto que, segundo dados colhidos pelo IBGE de 2015¹², o Brasil ganhou mais de 1 milhão de famílias compostas por mães solas, em um período de 10 anos, e ainda, segundo o Ministério da Saúde 66% das gestações em adolescentes são indesejadas, o que sugere que ocorram sob condições como desinformação, falta de apoio de redes familiares e comunitárias, entre outros. O desconhecimento e a falta de acesso a métodos contraceptivos e a informações adequadas para a realização do planejamento familiar impactam diretamente nos números elevados de gravidez na adolescência e abandono da paternidade precoce. Ratificando dessa forma a ideia de Foucault (2018, p. 167-168) quando o filósofo afirma que:

Enfim, na socialização das condutas procriadoras, o 'sexo' é descrito como estando preso entre uma lei de realidade (cuja forma imediata e mais abrupta

¹² Reportagem do Globo em que os dados são divulgados. "Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras". Globo, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2020

são as necessidades econômicas) e uma economia de prazer que sempre tenta contorná-la, quando não a desconhece; [...] Vemos claramente: é o dispositivo de sexualidade que, em suas diferentes estratégias, instaura essa ideia 'do sexo'; e o faz aparecer, sob as quatro grandes formas - da histeria, do onanismo, do fetichismo e do coito interrompido -, como sendo submetido ao jogo do todo e da parte, do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e do sentido, do real e do prazer.

Segundo Miura, Tardivo e Barrientos (2018), mulheres que vivenciaram situações de violência e abandono das figuras paternas são propícias a buscar por relações amorosas similares e depositando suas frustrações nos parceiros, pois inconscientemente desejam preencher o vazio afetivo deixado pelos pais ausentes, ou seja, isso gera um ciclo de violência centrado na mulher, em que a ausência da paternidade é iminente. Aliás, discussões que, em momento algum, a campanha traz à luz ou sequer permeia mostrando assim quem é o foco, mas não pelo fato de construir um caminho para a diminuição de casos, muito pelo contrário, adotando uma política ineficaz, conforme supracitado e, principalmente, ratificando estereótipos que uma sociedade racista e preconceituosa tende a perpetuar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou compreender a existência de uma interdição discursiva na campanha “Tudo tem seu tempo”, divulgada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da análise das teorias de Foucault, conciliadas com as de Hannah Arendt, conceituando, assim, o que é Poder e suas linhas de aplicação por intermédio do discurso. Sendo assim, ao analisar a construção do discurso e sua interação em uma teia discursiva, entre indivíduos e instituições, torna-se possível identificar uma perpetuação de certas mensagens e comportamentos, os quais corroboram e perpetuam elementos constitutivos de poder.

Apresentadas as três peças publicitárias da campanha, partiu-se, então, para uma análise, tanto ao que tange a redação quanto a composição visual, e, conseqüentemente, o discurso interdito formado pela conjunção. A campanha é formada por duas peças que esboçam jovens negras, e uma com um jovem branco.

A primeira peça [Fig. 01] é formada por uma mulher e um homem negro em destaque, enquanto há outros jovens brancos compondo o fundo desfocados, nessa peça os personagens encontram-se em um ambiente de lazer, e a personagem principal é a mulher negra. A segunda peça [Fig. 02], é composta por uma mulher negra em destaque, enquanto os outros jovens compõem, ao fundo, o cenário de celebração de formatura em desfoque. Já a última peça apresentada [Fig. 03] difere das demais, pois retrata o personagem principal sendo um homem branco, que se encontra em um ginásio de esportes.

Por meio das teorias e pesquisas apresentadas no decorrer deste artigo, é possível concluir que a mensagem do Ministério se dirige a mulher negra, esta que já é, estatisticamente, a maior vítima de violência sexual, e por consequência, a que carrega o maior número de gravidez precoces. Dessa forma, ao apresentá-las nos cenários propostos, o Ministério reproduz um discurso racista de perpetuação desses corpos em espaços vulneráveis, pois exprimem um processo de decisão em que, para elas, só existem duas alternativas: o acolhimento e aceitação do discurso — adoção do celibato como único método contraceptivo —, ou a negação dele, que resultará no abandono do estudo e a perda do lazer, por conta de uma inevitável gravidez indesejada, além de legitimar a culpabilização da gestante, esta que, conforme apresentado, majoritariamente é vítima de violência.

Ao que se trata da última peça [Fig. 03], entretanto, o discurso aplica-se de forma diferente. Inferido o celibato como um método contraceptivo falho reconhecido cientificamente, entende-se que esse jovem não optará por esse caminho e ingressará no percurso da sexualidade sem os devidos conhecimentos, tanto ao que diz respeito à gravidez indesejada, quanto à IST's. Dessa forma, a campanha gera o efeito contrário ao que promete primeiramente, pois utiliza-se de uma política ineficaz que gera desconhecimento, e, conseqüentemente, corrobora atos que poderiam ser evitados. Mediante a conciliação do discurso presente na hashtag da campanha, com o título e a imagem, pode-se perceber a perpetuação de um discurso em que a mulher negra sofrerá as conseqüências do ato sozinha, enquanto às figuras masculinas normalizam o abandono paterno.

Assim, é possível responder à pergunta que serve de indagação científica neste estudo: de que forma a interdição discursiva se manifesta na campanha 'Tudo

tem seu tempo’? Correlacionado essa pergunta-problema com as teorias de Foucault e Arendt, foi desenvolvida uma análise que percorre os conceitos acerca das relações entre poder, saber e violência. Dessa forma, percebe-se que todos os objetivos específicos, sendo eles: [1] conceituar discurso, [2] mapear seus procedimentos e [3] delimitar os elementos constitutivos de Poder, foram alcançados.

Essa pesquisa surgiu com intenção de acrescentar o fortalecimento da produção científica da instituição e do mercado regional, e, desta forma, agregar estudos para futuras pesquisas que busquem expandir os fatos aqui apresentados. Portanto, fica em aberto sugestões para novos olhares acerca do tema, tanto no que tange a própria campanha apresentada, quanto à análise da aplicação de interdição discursiva em outras campanhas, sejam elas governamentais ou não. Indagações essas que pretendo levar adiante em um nível mais aprofundado, como por exemplo, na minha intenção de realizar uma pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRISKIEVICZ, D. A. **Violência e Poder em Hannah Arendt**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Curso de pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasil; 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Còllege de France. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Resumo dos cursos do Còllege de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GERALDES JUNIOR, G. A. **A porta que esqueceram de fechar: o lugar do leitor na poesia de Paulo Leminski**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOHN S. SANTELLI (Estados Unidos). Universidade Columbia. **Abstinence-Only-Until-Marriage: an update review of U.S. policies and programs and their impact**. Journal Of Adolescent Health. Nova Iorque, 18 maio 2017. p. 273-280. Disponível em: <https://www.jahonline.org>. Acesso em: 11 jun. 2020.

LYNCH, Richard A. A Teoria do Poder de Foucault. In: TAYLOR, Dianna (Org.) et.al. **Michel Foucault: Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. P. 23 – 40.

MIURA, Paula Orchiucci; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo. **O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente**. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 23, n. 5, p. 1601-1610, maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>.

RAUEN, Fábio J. **Roteiro de Iniciação Científica**. Tubarão/SC: Unisul, 2002.

SANTOS, B. R. (Org.). **Gravidez na adolescência no Brasil: Vozes de Meninas e de especialistas**. Brasília: Indica, 2017